OPEN ACCESS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PUCRS

VERITAS (PORTO ALEGRE)
Revista de Filosofia da PUCRS
Veritas, Porto Alegre, v. 70, n. 1, p. 1-18, jan.-dez. 2025
e-ISSN: 1984-6746 | ISSN-L: 0042-3955

http://dx.doi.org/10.15448/1984-6746.2025.1.47435

SEÇÃO: VARIA

Sobre a genealogia crítica[1]

On critical genealogy

Sobre genealogía crítica

Autor

Bernard E. Harcourt[2]
orcid.org/0000-0003-2211-4159
bernard.harcourt@columbia.edu

Tradução e notas

Augusto Jobim do Amaral[3]
orcid.org/0000-0003-0874-0583
augusto.amaral@pucrs.br

Samuel Medeiros Andretta[3]
orcid.org/0000-0003-2862-1776
samuelandreatta@hotmail.com

Recebido em: 29 jan. 2025.
Aprovado em: 09 mar. 2025.
Publicado em: 27 maio. 2025.

Resumo: Hoje, a maioria dos teóricos críticos que empregam a história usa um método genealógico forjado por Nietzsche e Foucault. Essa abordagem genealógica atualmente domina a crítica com inflexão histórica. Mas nem todos os escritos genealógicos atuais, nem todos os debates filosóficos em torno da genealogia promovem os objetivos de uma filosofia crítica. É crucial neste momento que avaliemos o valor das críticas genealógicas. A métrica adequada para esse trabalho é avaliar se ele contribui para a transformação de nós mesmos, dos outros e da sociedade de uma forma valiosa. Neste artigo, proponho que usemos o termo "genealogia crítica" para identificarmos as práticas genealógicas que nutrem positivamente nossa atividade e, com isso, promovem a ambição da filosofia crítica.

Palavras-chave: genealogia; teoria crítica; Friedrich Nietzsche; Michel Foucault; feminismo abolicionista.

Abstract: Today most critical theorists who deploy history use a genealogical method forged by Nietzsche and Foucault. This genealogical approach now dominates historically inflected critique. But not all genealogical writings today, nor all philosophical debates surrounding genealogy, advance the goals of critical philosophy. It is crucial now that we assess the value of genealogical critiques. The proper metric against which to evaluate such work is whether it contributes to transforming ourselves, others, and society in a valuable way. In this article, I propose that we use the term "critical genealogy" to identify those genealogical practices that positively nourish our activity and, thereby, advance the ambition of critical philosophy.

Keywords: Genealogy; Critical Theory; Friedrich Nietzsche; Michel Foucault; Abolition Feminism.

Resumen: Hoy en día, la mayoría de los teóricos críticos que emplean la historia utilizan un método genealógico forjado por Nietzsche y Foucault. Este enfoque genealógico domina actualmente la crítica de tendencia histórica. Pero no todos los escritos genealógicos actuales, ni todos los debates filosóficos en torno a la genealogía, promueven los objetivos de una filosofía crítica. En este punto es crucial que evaluemos el valor de la crítica genealógica. La métrica apropiada para este trabajo es evaluar si contribuye a la transformación de nosotros mismos, de los demás y de la sociedad de una manera valiosa. En este artículo, propongo que utilicemos el término «genealogía crítica» para identificar las prácticas genealógicas que nutren positivamente nuestra actividad y promueven así la ambición de la filosofía crítica.

Palabras clave: genealogía; teoría crítica; Friedrich Nietzsche; Michel Foucault; feminismo abolicionista.

Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

[1] Texto publicado originalmente em *Contemporary Political Theory*. Original disponível em: https://doi.org/10.1057/s41296-024-00715-y.
[2] Columbia University, New York, United States of America. *E-mail*: bernard.harcourt@columbia.edu .
[3] Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

"De resto, é-me odioso tudo o que simplesmente me instrui, sem aumentar ou imediatamente vivificar minha atividade" (Nietzsche, 2003, p. 5)[4].

Com essas palavras de Goethe, o jovem Friedrich Nietzsche, de apenas vinte nove anos à época da escrita, inicia sua *Segunda Consideração Intempestiva* sobre a história, ou mais especificamente sobre o *valor* da história (Nietzsche, 2003). Foram essas as palavras que guiaram Nietzsche, em seus primeiros escritos, ao conceito de "história crítica", como uma das formas de usar a história para transformar a nós mesmos – para que seja possível "implantar um novo hábito, um novo instinto, uma segunda natureza" (Nietzsche, 2003, p. 76). Foram as palavras de Goethe que levaram Nietzsche, quinze anos depois, e um pouco antes de sucumbir à loucura, a cunhar o termo "genealogia" e coroá-lo como título de uma de suas últimas grandes obras, originalmente de 1887, *Genealogia da Moral* (1998). Foi também esse espírito que moveu Gilles Deleuze a retornar a Nietzsche no início da década de 1960 e identificar nos seus escritos, e não nos de Kant, a fonte "verdadeira" da filosofia crítica (Deleuze, 2018, p. 10). Foram essas ideias que também inspiraram Michel Foucault a criar o método "genealógico" crítico[5].

Hoje, o método genealógico, por sua ampla difusão nos círculos críticos, tornou-se praticamente hegemônico[6]. Qualquer um que tenha um mínimo de proximidade à crítica teórica, e que conduza uma crítica historicamente modulada, refere-se ao seu próprio trabalho como "genealógico" em vez de simplesmente "histórico". Em homenagem a Foucault, pensadores críticos ainda utilizam o termo "história do presente" (Foucault, 1987, p. 29). Apenas escrever história, hoje em dia, é quase ultrapassado; teóricos críticos não fazem mais isso: eles escrevem genealogias. O método genealógico da crítica, nascido com Foucault no final da década de 1960 e início da de 1970, triunfou, ao menos dentro do campo crítico do pensamento.

Com a hegemonia do método genealógico, filósofos críticos têm conduzido importantes pesquisas distinguindo diferentes tipos de crítica genealógica. Amy (2016, 2018), Bernard Williams (2002), Colin Koopman (2013, 2016), Daniele Lorenzini (2020), Martin Saar (2002, 2007), Mathieu Potte-Bonneville (2004) e Verena Erlenbusch-Anderson (2018), dentre outros, têm evidenciado diferentes mecanismos e operações das principais formas de genealogia, distinguindo entre quatro grandes tipos: *primeiro*, aquelas que servem para validar ou reivindicar seu objeto de estudo traçando suas raízes desde nobres ou valiosas origens (frequentemente associada a Bernard Williams); *segundo*, aquelas que desmistificam uma prática ou instituição escavando, ao contrário, as origens vergonhosas[7] dessas palavras e coisas (frequentemente associada a Nietzsche e chamada de "subversiva", ou, nas palavras de Saar (2002, p. 233), de crítica histórica "desmistificadora,

---

4 NT: Foram utilizadas, em geral, sempre que possível, as edições das obras em português, constando, ao final, entre [ ], a referência às obras mencionadas no artigo original.

5 *Cf.* Foucault (2024, p. 17-29).

6 A diferença entre uma história e uma genealogia é bem assentada nos dias de hoje. Vejamos um exemplo clássico: uma história da prisão ocidental moderna poderá estudar a sequência de instituições utilizadas para deter pessoas, do *Carcer Tullianum* (a prisão Mamertina construída em Roma no século VII antes de cristo), aos *donjons* da Europa medieval, passando pelos *Rasphuis* de Amsterdam do século XVI, às prisões por dívida no século XVIII e XIX, à construção de novas penitenciárias como a Prisão de Auburn em Nova Iorque em 1816, à proliferação das prisões de segurança máxima e advento do encarceramento seletivo racial em massa nos Estados Unidos atualmente. Em contrapartida, a genealogia exploraria como a prisão ocidental moderna adquiriu sua função, papel e significado na sociedade – por exemplo, poderia demonstrar como uma nova forma de poder disciplinar emergiu na virada do século XIX na França e transformou a escola, a fábrica, as forças armadas e a penitenciária; ou, no caso dos EUA, como o trabalho forçado penitenciário e as prisões agrícolas do sul emergiram, na reverberação do fim da escravidão, para se tornarem uma nova forma de dominação de raça e classe. Sob uma abordagem genealógica, a mera existência das "prisões", mesmo aquelas da antiguidade grega ou romana, é essencialmente irrelevante para a análise, visto que a genealogia se concentra nas forças políticas e sociais e relações de poder que possibilitaram a emergência de novos significados e funções da instituição penal. O que importa é como novas formas de poder transformaram práticas de controle social; por exemplo, nos Estados Unidos, como o direito penal substituiu o direito de propriedade como o motor principal para perpetuar o supremacismo branco. Genealogias revelam como instituições contemporâneas, práticas e entendimentos emergem. Frequentemente a trajetória genealógica não percorre instâncias anteriores ao objeto estudado, mas é guiada por uma análise de como o poder e saber circulam na sociedade e são transformados com o tempo. A diferença para uma história da prisão, que traça a sequência de instituições de detenção, é evidente.

7 NT: No original *dark origins*; opta-se por traduzir o termo a partir da expressão utilizada por Nietzsche (2016, §102) "*Pudenda origo"* e citado por Foucault (1979, p. 16): "origens vergonhosas" no sentido de "horríveis", "miseráveis".

desnaturalizadora e desubstancializadora"); *terceiro*, aquelas que servem para, nas palavras de Allen (2016, p. 190-193), Koopman (2013, p. 93-103, 140-148) e Potte-Bonneville (2004, p. 239-281), "problematizar" – em outros termos, aquelas genealogias que levantam questões sobre objetos que somos levados a aceitar e naturalizar sem maiores questionamentos (associada a Foucault); *quarto*, aquelas interpretações alternativas de genealogia problematizadora propostas por Daniele Lorenzini (2020, p. 02; 2022, p. 551) que são "possibilitadoras" – em outras palavras, aquelas que abrem possibilidades de diferentes formas de ser e pensar, gerando um compromisso político no leitor. A taxonomia das genealogias tem gerado um robusto debate filosófico[8].

Essas taxonomias têm ajudado a evidenciar as diferentes formas de operação que o trabalho genealógico assume. Mas, ao mesmo tempo, têm colocado esses métodos uns contra os outros; também, eles serviram para atar determinados filósofos a uma categoria delimitada, o que, frequentemente, demanda que tomemos algum lado numa competição metodológica. Elas têm norteado alguns críticos a denunciar alguns tipos de trabalho genealógico (tal como as genealogias "desmistificadoras") como formas deficientes do método genealógico que evidenciam falácias ou fracassos, acusando alguns genealogistas de recair num equívoco comum por conta do trabalho genealógico que fazem. Também, levam à crítica de que acabam restringindo filósofos e métodos numa categoria taxonômica, como se, por exemplo, uma genealogia nietzscheana pudesse apenas "desmistificar". Os debates resultantes, apesar de auxiliarem em alguma instância, tiveram um efeito prejudicial ao deslocar a verdadeira ambição da filosofia crítica para longe da práxis crítica e ordenar o saber numa direção cientificista, taxonômica e nosológica.

Em vez de categorizar filósofos críticos nessas taxonomias, de essencializar as diferentes modalidades de genealogia, ou de pedir para que escolhamos algum lado, a tarefa crítica hoje deveria estar na utilização de diferentes tipos de genealogia em combinação, de maneira conjunta ou em momentos diferentes, para atingir o objetivo da filosofia crítica: notadamente, aumentar e nutrir nossa práxis de uma maneira valiosa. Da mesma forma que o jovem Nietzsche desenvolveu diferentes modalidades de análise histórica – monumental, antiquária e crítica – e da mesma forma que Nietzsche não sustentou a prevalência de uma sobre a outra, deveríamos vocacionalmente, intencionalmente e conscientemente engajarmo-nos nessas diferentes modalidades em combinação para realizar um trabalho histórico efetivo que desperte a ação. Pensadores críticos deveriam agora se concentrar em como os diferentes tipos de genealogia podem trabalhar juntos para revigorar nossas ações e ativismo.

É hora de dar um passo atrás; em vez de impugnar certos tipos de genealogia ou atribuir papéis rígidos a filósofos críticos, deveríamos perguntar sobre o *valor* do trabalho genealógico. A métrica apropriada para avaliar o trabalho genealógico é se ele contribui para a transformação de nós mesmos, dos outros e da sociedade numa direção positiva. Com apenas uma pequena alteração, poderíamos dizer, com Nietzsche (2003, p. 5), que "Somente à medida que a genealogia serve à vida queremos servi-la". Caso contrário, transformamos nossa investigação científica em um discurso cientificista, rarefeito e profissionalizado, que vai de encontro à empreitada crítica. Ao invés de engajá-lo num tipo de taxonomia lineana que busca a verdadeira essência do método genealógico, deveríamos, de fato, estar bebendo da fonte de sua multiplicidade e variedade, combinando diferentes tipos, mesclando uns com outros, utilizando-os para nutrir nossa práxis crítica.

Assim, o triunfo da crítica genealógica atualmente demanda que retornemos à consideração intempestiva de Nietzsche e nos perguntemos, mais uma vez de uma maneira reformulada, qual é o valor do trabalho genealógico. É hora de perguntarmos a nós mesmos: para que serve a genealogia para a práxis? E a resposta honesta é a de que nem todo trabalho genealógico ou de-

[8] *Cf.* Craig (2007), Davidson (2011), Fricker (2007, 2017), Hoy (2008), Jaeggi (2009), Medina (2011) e Srinivasan (2019).

bate filosófico sobre o método genealógico feito hoje encoraja uma práxis crítica. Esses discursos podem ser debilitantes. O trabalho genealógico que demonstra como um modo particular de vida se tornou dominante (como o neoliberalismo, o nacionalismo da branquitude ou o autoritarismo, por exemplo) pode em si mesmo se tornar opressor. Pode ser imobilizador, como se não houvesse outro modo de seguir. É urgente que possamos analisar essas genealogias para determinarmos quais são ocas e quais são sólidas, quais encorajam ou desencorajam a ação. É chegado o tempo de realizar não apenas um trabalho genealógico, mas um trabalho genealógico crítico.

O método genealógico como uma forma de práxis

Em seu livro *Genealogia como Crítica*, Koopman (2013) distingue entre diferentes tipos de genealogia e argumenta que a genealogia problematizadora, em contraste às genealogias reivindicativas e às desmistificadoras, é essencialmente neutra e logo preferível. Escreve Koopman (2013, p. 60): "É uma forma de genealogia que não é contra nem a favor das práticas que investiga, mas uma tentativa de clarificar e intensificar as dificuldades que permitem ou impedem essas práticas". Genealogias reivindicativas são "a favor", enquanto genealogias desmistificadoras são "contra" o objeto de investigação, escreve ele. Ao contrário, uma genealogia problematizadora, como a de Foucault, é conduzida sob "uma modalidade crítica que intenciona não ser contra nem a favor" (Koopman, 2013, p. 60). Foucault mirava um tipo de neutralidade, assevera. "Nenhum filósofo pode ser neutro sobre tudo", admite ele, porém "ainda há espaço para que o filosofo tente se manter neutro sobre algumas coisas" (Koopman, 2013, p. 60). Argumenta, portanto, que o tipo correto de trabalho genealógico – uma genealogia problematizadora, a qual ele associa a Foucault – não toma lado a favor ou contra o objeto de estudo.

No entanto, a medida apropriada de um trabalho genealógico não é nem sua neutralidade nem se toma algum lado, mas se serve para avançar a práxis crítica, se contribui e revigora a atividade de uma maneira valiosa. O trabalho genealógico de Foucault, por exemplo, nunca foi neutro; sempre foi orientado pela prática. Como o autor deixou claro no seu trabalho sobre a prisão – um livro cujo subtítulo é habilmente "nascimento da prisão" –, o impulso genealógico é orientado para uma transformação intencional de si mesmo e dos outros. Foucault escreveu seu livro para atores, para usuários, para aqueles que procuram mudar o mundo. "O pequeno volume que escrevi sobre sistemas disciplinares", explicou Foucault (1994, p. 524), "[...] gostaria que pudesse servir a um professor, um diretor, um magistrado, um objetor de consciência. Eu não escrevo para um público, escrevo para usuários, não para leitores". O livro buscava catalisar a ação na mais pura expressão da tradição nietzscheana da história. Era o acompanhamento escrito, o complemento textual ao ativismo e organização do "Grupos de informações sobre as prisões" (GIP – *Groupe d'information sur le prisons*)[9]. Foi o rastilho para incentivar a ação ao expor o "arquipélago carcerário" ocidental em contraste ao "arquipélago gulag" (Foucault, 1987, p. 246-247).

No coração de *Vigiar e Punir*, no seu núcleo, o que pulsava era a relação entre crítica e práxis. O livro nasceu do ativismo[10]. Como Foucault (1987, p. 29) destacou na obra: "Que as punições em geral e a prisão se originem de uma tecnologia política do corpo, talvez me tenha ensinado mais pelo presente do que pela história. Nos últimos anos, houve revoltas em prisões em muitos lugares do mundo". Foucault estava indexando sua própria práxis com a do GIP, com seu trabalho de desmantelamento da prisão e os acontecimentos das rebeliões das prisões (Artières; Quéro; Zancarini-Fournel, 2003). Transversalmente, o livro intencionava ser uma faísca para a ação. Como Foucault (1988b, p. 101) enfatizou, alguns anos depois de sua publicação, "[...] o que gostaria de

[9] *Cf.* Foucault e The Prisons Information Group (2021). [NT: *Cf.* FOUCAULT, M. Manifesto do GIP. *In*: ESTRATÉGIA, poder-saber. Ditos e Escritos IV. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 01-03].

[10] *Cf.* Harcourt e Brion (2018, p. 238-251) e Harcourt (2020, p. 439-445).

escrever era um livro de história que tornaria a situação presente mais compreensível e, possivelmente, levar à ação. Em outros termos, eu tentei escrever um 'tratado de inteligibilidade' sobre a situação penitenciária, queria torná-la inteligível, logo, criticável"[11]. Eu interpreto a palavra "possivelmente" aqui como uma forma de modéstia e reflexividade, de autocrítica – e não de hesitação. Foucault escreveu para usuários e atores, e o que a ele provava que seu trabalho tinha valor eram as ações dele resultantes. O "sucesso do trabalho", contou Foucault a Duccio Trombadori, o que prova que "funcionou como eu gostaria", é que este produz uma "experiência que muda" (Foucault, 2010, p. 296). Como vocês podem lembrar, *Vigiar e Punir* termina com estas palavras: "temos de ouvir o ronco surdo da batalha" (Foucault, 1987, p. 254).

Foucault nunca escolheu seus objetos de estudo de uma forma não normativa ou isenta de valores[12]. Na maioria das vezes, ele estava buscando o que chamava de uma forma de "dessubjetificação" que o levaria, e possivelmente seu leitor, a pensar e avaliar diferentes formas de ser, práticas e instituições que tomamos como naturalizadas – sexualidade ou punição, por exemplo (Foucault, 2010, p. 291). Em cada um dos casos – a prisão, a sexualidade, o sujeito moderno –, havia uma motivação ética, política e pessoal para a crítica de Foucault que possuía dimensões normativas. Em cada um dos casos, sua crítica estava orientada para a mudança da sua própria maneira de pensar e dos outros. Ao explicar por que ele escrevia ficções históricas, Foucault disse que ele aspirava criar experiências transformativas que mudariam o leitor e ele mesmo como autor. Experiências que talvez possam "permitir que possamos emergir delas transformados" (Foucault, 2010, p. 294). Seu ponto era o de que o empreendimento genealógico intencionava ter efeitos normativos – para a transformação de nós mesmos, para estabelecermos novas relações, para nos levar a ação, para que pensássemos diferentemente sobre o senso comum de palavras e coisas que ele entendia como problemáticas, como o discurso corrente sobre a sexualidade. Da forma modesta como se colocava, adiciona: "não importa o quão entediantes ou eruditos meus livros têm sido, essa lição sempre me permitiu concebê-los como experiências diretas que me tiram de mim mesmo, para prevenir que eu seja sempre o mesmo" (Foucault, 2010, p. 293). Foucault não estava apenas engajado em um trabalho genealógico neutro ou descritivo. No melhor dos casos, a genealogia envolve a prática de uma crítica *e* uma práxis que está normativamente engajada e que leva à ação.

Os escritos que Foucault escolheu publicar e tornar públicos no ápice de seu trabalho genealógico – os únicos trabalhos que ele *escolheu* publicar como monografias na década de 1970 (Foucault, 1987, 1988a), os quais fazem parte de uma escolha deliberada e estratégica que nunca deveríamos minimizar apesar de todo o trabalho brilhante que foi publicado postumamente – eram escritos orientados para a prática, para a transformação de si e dos outros, que mudaram o mundo. Esses dois livros, *Vigiar e punir* e *A vontade de saber*, são genealogias motivadas; objetos de estudo escolhidos com intenção deliberada e normativa que tiveram sucesso em levar pessoas a agir. Nas palavras de Nietzsche (2003, p. 5), ou, melhor, nas palavras de Goethe, eles aumentaram e diretamente vivificaram nossa atividade.

De fato, ao olhar a totalidade do trabalho de Foucault em meados da década de 1970, no apogeu de seu investimento genealógico, é impressionante perceber como era orientado para a prática: a organização e o ativismo do GIP, a publicação dos questionários *intoleráveis*, a escrita de *Vigiar e punir* – o fato de que o GIP publicou, em 10 de novembro de 1971, menos de três meses depois do homicídio de George Jackson, um panfleto de 64 páginas chamado "O

---

[11] NT: no original: "*[...] what I wanted to write was a history book that would make the present situation comprehensible and, possibly, lead to action. If you like, I tried to write a 'treatise of inteligibility' about the penitentiary situation, I wanted to make it intelligible and, therefore, criticizable*".

[12] Koopman (2013, p. 88) reconhece este ponto, mas minimiza a situação. Argumentaria que isto é absolutamente determinante e dirige a normatividade da genealogia. Aqui concordo com Saar (2002, p. 234), ao afirmar que, "mesmo se haja um mero nivel metodológico de historicização, sua intenção e objetivo não são, como havia dito, puramente neutros".

assassinato de George Jackson", com um prefácio por Jean Genet, duas traduções de entrevistas de George Jackson, e três ensaios, incluído "O assassinato camuflado" (*L'Assassinat camouflé*) escrito por Foucault, Catherine von Bülow e Daniel Defert, apenas três meses depois do acontecido, junto a uma editora de ponta como a Gallimard, contextualiza o ativismo militante que acompanhou seu método genealógico[13]. Enquanto Foucault, Genet, von Bülow, Defert, Deleuze, Jacques Donzelot, Danielle Rancière e outros estavam conduzindo essas investigações, escrevendo panfletos, publicando escritos da prisão, expondo suas condições, publicizando a palavra daqueles que ali estavam, Foucault também escrevia seu livro sobre as prisões, *Vigiar e punir*, que eventualmente seria lido, debatido, criticado, despedaçado e compartilhado entre as rachaduras e fissuras das celas prisionais ao redor do mundo.

A experiência do "Coletivo do Corredor Curto" (*Short Corridor Colective*) na prisão estadual de Pelican Bay durante a década de 2010 reflete o impacto dessa abordagem genealógica. Os homens do coletivo – presos em confinamento solitário no SHU (*Security Housing Unit*), em Pelican Bay, na California, por supostamente serem líderes de gangues racialmente identificadas em prisões – formaram um grupo de leitura para discutir os trabalhos de Foucault, Bobby Sands, Cesar Chavez, Panteras Negras e outros (McLeod, 2019). Apesar do isolamento, os homens conseguiram partilhar páginas rasgadas de *Vigiar e punir* e outros livros pelas frestas das paredes e pelos dutos de ventilação; leram, discutiram e criticaram os escritos, enquanto formulavam um novo entendimento de sua própria situação e da forma como a administração da prisão estava usando suas identidades raciais para controlá-los. Foi uma jornada que culminou na maior greve de fome prisional da história dos Estados Unidos em 2013 (Law, 2018), envolvendo mais de trinta mil homens e mulheres em prisões californianas que se recusaram a comer, como parte de um movimento de greves de fome na prisão que começou em julho de 2011 (Fischer, 2013)[14].

Mais de 35 anos depois de *Vigiar e punir* ser publicado, a genealogia de Foucault da prisão se tornaria, literalmente, contrabando prisional e contribuiria para que os homens do Coletivo do Corredor Curto, detidos em isolamento e confinamento solitário, realizassem suas teorizações e agissem contra suas torturantes condições, planejando mobilizações políticas de milhares de encarcerados. Militar com o GIP, publicar panfletos enquanto escreve uma genealogia que contribui para esses círculos revolucionários: este bem pode ser um modelo para o pensamento crítico.

Isso nos traz de volta para Nietzsche, a suas "Considerações Intempestivas", a sua passagem de abertura desde Goethe, à pergunta sobre o valor da história. Com relação a essa passagem, o jovem Nietzsche (2003, p. 5) escreveu: "Porque instrução sem vivificação, o saber no qual a atividade adormece; a história tomada como um precioso supérfluo e luxo do conhecimento, deveriam ser, para usar as palavras de Goethe, verdadeiramente odioso para nós"[15]. Em parte, alguns trabalhos genealógicos hoje continuam a ter o efeito de revigorar nossa atividade. Um brilhante exemplo é o trabalho genealógico de Angela Y. Davis, Gina Dent, Erica R. Meiners, e Beth Richie em seu novo livro *Abolicionismo. Feminismo. Já.* (2023). Davis, Dent, Meiners e Richie conduzem o que elas chamam de "crítica genealógica" dos movimentos sociais abolicionistas e da defesa das vidas negras. Voltarei ao seu trabalho formativo mais tarde; por ora, como uma epígrafe mais contemporânea para este ensaio, proponho um

---

[13] *Cf.* Groupe D'Information Sur Les Prisons (1971). [NT: *cf.* a apresentação não assinada da primeira brochura realizada pelo GIP: "Prefácio a *Enquête dans Vingt Prisons*"; e o prefácio escrito por Foucault ao livro, de Bruce Jackosn, *Leurs prisons. Autobiographies de prisonniers américains*: "Prefácio (*in Jackson*)", contido, respectivamente, em FOUCAULT, M. Manifesto do GIP. *In*: ESTRATÉGIA, poder-saber. Ditos e Escritos IV. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 28-31, p. 146-151].

[14] As greves de fome e litigância agressiva no fim levaram a Califórnia a acabar com o confinamento solitário indeterminado baseado na filiação às gangues (Ashker *et al.*, 2015).

[15] Sobre o lado obscuro de Goethe, especialmente no que toca à punição e ao estado carcerário, ver Wilson (1999).

parágrafo da referida obra:

> Estruturamos este livro como uma genealogia crítica, em vez de um manifesto, enfatizando a importância de traçar linhagens políticas [...], nosso trabalho aborda de forma genealógica histórias subjugadas de articulação a fim de informar e fortalecer nossas mobilizações atuais. [...] e afirmamos que genealogias sempre devem ser questionadas, porque sempre há uma razão desconhecida para partir de determinado momento da história em oposição a outro e sempre importa quais narrativas do presente são marginalizadas ou eliminadas (Davis *et al.*, 2023, p. 29-31).

O paradigma genealógico das autoras revigora nossa atividade e nutre as nossas práticas – especificamente, a práxis do feminismo abolicionista. Trata-se de um verdadeiro exemplo de genealogia *crítica*.

Dimensões da filosofia crítica

A filosofia crítica tem múltiplas dimensões: tanto quanto critica nossa condição histórico-política, identifica trilhas alternativas e motiva uma práxis crítica. Uma dimensão destaca a reflexividade do teórico critico, que deve constantemente questionar sua posição histórica e politicamente situada, assim como seus entendimentos epistemológicos. Outra dimensão sublinha a influência de constructos idealizados sobre a materialidade, chamemos isto de "ideologias" – ilusões, saber-poder, ou regimes de veridição que moldam a forma pela qual as pessoas interpretam e interagem com seus ambientes e agem sobre eles. Ainda, outra, põe ênfase na imanência da crítica: frequentemente (mas não sempre) pensadores críticos adentram os objetos de suas análises, a lógica interna, de maneira a entendê-los sob seus próprios termos e encontrar tensões ou contradições que provam uma crítica produtiva. Ainda, uma outra dimensão envolve desmascarar ilusões, que é frequentemente chamada de desfetichizante ou de crítica ideológica. Uma dimensão adicional enfatiza a relação entre teoria e prática: o nexo que está no núcleo da filosofia crítica. Finalmente, outra dimensão destaca o objetivo de emancipação e liberação humana: a atividade da filosofia crítica é orientada pelos valores de igualdade, solidariedade, justiça social e emancipação (Harcourt, 2020).

Os diferentes tipos de genealogia – *reivindicativa*, *desmistificadora*, *problematizadora* e *possibilitadora* – não devem ser entendidos como competindo entre si, tampouco seriam modalidades mutuamente excludentes, mas diferentes formas de perseguir as múltiplas dimensões da filosofia crítica. A genealogia *problematizadora*, por exemplo, enfatiza a importância de construções mentais que governam como entendemos o mundo – a segunda dimensão descrita anteriormente. O que a problematização faz é mostrar que algo que encaramos como dado, algo que faz parte do senso comum ou de algum tipo de saber, algo que pensamos como inevitável, é, de fato, construído ao longo do tempo, muitas vezes por acaso, e isso talvez possa nos deixar perdidos. Ela aponta que um determinado conceito ou prática pode ser problemático ao demonstrar que emergiu, historicamente, de outra problematização contingente (Allen, 2016, p. 190). Transforma o que costumava ser encarado como sabedoria pacificada em um problema. A genealogia *desmistificadora*, por exemplo, serve para desmascarar ilusões, revelando que nosso senso comum é prejudicial. A crítica atua de maneira a estimular ação e julgamento, levando a rejeitar essa ilusão – a quarta dimensão da filosofia crítica discutida anteriormente. Desmistificar não pode estar reduzido ou desconsiderado pela "falácia genética" – a ideia de que porque algo tem raízes envenenadas deveria ser abandonado –, pois a "falácia genética" não é uma "falácia", mas uma modalidade da crítica[16]. A descoberta de origens vergonhosas é uma razão poderosa para problematizar uma prática ou instituição. Nos debates correntes sobre a abolição do complexo industrial prisional (PIC[17]), muitos rastrearam as raízes da polícia a patrulhas de escravos. Isso levanta

[16] Sobre esse aspecto, eu me contraponho à posição de Koopman (2016, p. 90) de que "a racionalidade genética é falaciosa", assim como a sua defesa limitada da genealogia foucaultiana diante das críticas de Fraser (1981) e Habermas (1981, 2000).

[17] NT: PIC – *Prison-industrial complex*. Em 1995, o teórico urbano Mike Davis descreveu a economia da Califórnia como se movendo do agronegócio para um complexo industrial prisional. A *Critical Resistance* (2025) definiu formalmente o complexo industrial prisional, ou

uma pergunta legítima sobre o policiamento que deveria desmascarar a instituição e suas práticas. Devemos estar preparados para usar histórias horríveis/miseráveis a fim de questionar as relações de poder contemporâneas.

Os diferentes tipos de genealogia podem ser utilizados de forma combinada ou singularmente para nutrir nossa atividade. Fazendo uma analogia, devemos concebê-las de maneira similar àquele como Nietzsche pensou os diferentes estilos de fazer história: *monumental* (com foco nos grandes momentos de conquistas individuais que se conectam através da história para formar uma "cadeia de picos da humanidade" e inspirar outros a grandes ações); *tradicional ou antiquária* (com foco em preservar e reverenciar o passado, de maneira a demonstrar amor, lealdade, piedade, veneração e gratidão por esses momentos primevos) e *crítica* (com foco em criticar, separar e dissolver partes do passado, confrontando e condenando injustiças e violências pretéritas de maneira a "implantar um novo hábito, um novo instinto, uma segunda natureza, de modo que a primeira natureza se debilite" (Nietzsche, 2003, p. 19, 25-28, 30-31)). Os diferentes tipos de genealogia representam, como os estilos de história, modalidades de análise que deveriam ser, e são, usadas em combinação para o propósito da práxis – "para a vida", como diria Nietzsche. Elas deveriam ser utilizadas em combinação estratégica em vez de gerarem uma exclusão mútua.

E, verdade seja dita, cada uma delas foi utilizada, em combinação ou em diferentes momentos, por muitos dos filósofos críticos com os quais as temos identificado individualmente, unicamente e separadamente. Foucault, por exemplo, não estava apenas engajado, digamos, numa genealogia problematizadora; ele também usou produtivamente uma forma de genealogia *desmistificadora* em seu estudo da prisão: ele mostrou que a história comum da origem (uma genealogia reivindicativa) da prisão, que a vinculação de racionalidade humana e de valores do iluminismo, de um desejo de penas mais brandas e racionalizadas, era uma ilusão; em vez disso, a prisão nasceu, dentre outras coisas, de um desejo de punir melhor e mais efetivamente. "Não para punir menos", escreveu Foucault (1987, p. 70), mas para "punir melhor; punir talvez com uma severidade atenuada, mas para punir com mais universalidade e necessidade; inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir". Foucault desmistificou a ilusão da punição racional iluminista e, por consequência, desmascarou o poder disciplinar. E não há dúvida de que o elemento desmistificador pode servir para motivar nossa análise da prisão e nutrir nossa ação. Foucault também se engajou em genealogias *reivindicativas*, com as rebeliões dos descalços (*Nu-pieds*) na Normandia em 1639 ou na história de Herculine Barbin (Foucault, 1982, 2020b). Como Allen (2018, p. 191) denota, corretamente, "há um elemento reivindicativo pouco notado em seu método genealógico problematizador". Nietzsche também não estava apenas engajado em desmistificar; essa era apenas uma faceta de sua prática filosófica. Nietzsche também estava construindo: ele estava defendendo uma ética da vida, da vitalidade, da saúde, da ação – para uma filosofia da vontade. Ele não estava desmascarando a moralidade cristã em todos os aspectos, mas usando o método genealógico para validar uma moralidade zaratustriana centrada na vontade de poder, para atingir um futuro para além da condição humana presente. Por vezes, no *Crepúsculo dos ídolos* (Nietzsche, 2001, p. 51, 74, 89, 92), por exemplo, ele estava reivindicando a linhagem de Júlio Caesar, Napoleão e Dostoyevsky, como homens de caráter mais forte e saudável.

Nenhuma dessas modalidades de genealogia

PIC em inglês, como "os interesses sobrepostos do governo e da indústria que usam vigilância, policiamento e prisão como solução para problemas econômicos, sociais e políticos". Segundo Davis *et al.* (2023, p. 78), "A introdução do conceito de complexo industrial prisional possibilitou uma análise do boom de construção prisional das décadas de 1980 e 1990 e o aumento concomitante da população prisional que poderia dispensar a suposição naturalizada de que as pessoas encarceradas estavam lá simplesmente porque cometeram crimes. Com base no reconhecimento de que o uso do termo *complexo militar-industrial*, ironicamente introduzido pelo então presidente Eisenhower ao deixar o cargo, ajudou a impulsionar o movimento antiguerra durante a era do Vietnã, esperava-se que o termo *complexo industrial prisional* também pudesse indicar uma análise mais profunda da relação entre a expansão carcerária e a economia política do capitalismo racial".

deveria ser deixada de lado. Cada uma delas é útil. Então, por exemplo, o trabalho de Samuel Moyn (2018, 2021) sobre a história dos Direitos Humanos internacionais é uma genealogia desmistificadora poderosa, pois demonstra que a emergência e eventual dominação do paradigma dos Direitos Humanos efetivamente retirou o potencial radical e revolucionário dos movimentos de esquerda. Esse é um movimento desmistificador, pois nos faz questionar o valor ou o potencial deste paradigma, e nos faz querer agir. Não há nada intrinsecamente errado em desmistificar, não há "falácia" genética, contanto que esse desmascarar nutra nossa ação. Argumentar de outra maneira é utilizar uma métrica inapropriada para julgar o trabalho genealógico. A métrica não deveria ser um padrão taxonômico ou científico, mas verificar, em coro com Nietzsche e Goethe, se o trabalho genealógico nutre nossa atividade. Genealogias *desmistificadoras* não podem ser simplesmente reduzidas à marca de uma origem envenenada; elas também nos movem em direção a uma práxis e emancipação – uma dimensão chave na filosofia crítica. Igualmente é verdade para outras modalidades de genealogia. As abordagens da genealogia *possibilitadora* são fundamentais para a atividade da filosofia crítica: elas podem abrir possibilidades normativas para a resistência e a mudança. Genealogias *reivindicativas* podem servir para recuperar práticas e instituições e, assim, avançar a ambição de emancipação. De fato, é precisamente o que Davis, Dent, Meiners e Richie fazem em seus trabalhos genealógicos: reivindicam práticas anteriores de organização associadas com o abolicionismo feminista.

No fim das contas, deveríamos parar de impugnar certos tipos de trabalho genealógico como deficientes. Em vez disso, deveríamos pensar em diferentes modalidades de trabalho genealógico, em combinação, em sequência ou em si mesmas, como promovedoras de diferentes dimensões de uma filosofia crítica orientada para os objetivos de uma práxis. A métrica deve sempre ser se o trabalho genealógico nutre a ação de uma forma valiosa. E, de fato, muitos dos nossos grandes genealogistas fizeram exatamente isso: mesclaram e combinaram diferentes tipos de genealogia para motivar a ação.

A normatividade da genealogia

Emerge, então, a questão perene: qual é a fonte da normatividade do trabalho genealógico? Há um extenso debate sobre essa questão, nascido de uma crítica desgastada sobre Foucault, notadamente o fato de que o método genealógico foucaultiano não oferece bases para uma avaliação normativa ou valoração – uma crítica frequentemente associada a Nancy Fraser (1981) e a Jürgen Habermas (1981, 2000), e geradora de debates filosóficos[18].

Em um artigo intitulado "Sobre a possibilidade genealógica" (*On possibilising genealogy*), publicado em 2020, Lorenzini oferece uma resposta convincente e um caminho a ser seguido – um caminho que evita as armadilhas duais das respostas dominantes, nomeadamente tanto aquela de que a genealogia não é normativa e deveríamos adotar uma aproximação não fundacionista quanto a que afirma ser a genealogia internamente normativa e faz avançar certos valores como autonomia e liberdade. Lorenzini (2020, p. 16) demonstra, convincentemente, que ambas as respostas convencionais são, em última instância, inadequadas para este desafio e propõe, em vez disso, que a genealogia foucaultiana seria "normativamente significante" e tem "força normativa" de uma forma singular: cria um estrutura na qual os leitores formam um senso de comunidade e desenvolvem comprometimento político para seguir na luta.

O ponto de partida de Lorenzini é a identificação de um tipo próprio de genealogia foucaultiana que ele argumenta ter sido ignorado na academia: as genealogias de formas de resistência de pessoas subjugadas, genealogia desde suas contracondutas, de suas maneiras de desafiar

[18] Ver, por exemplo, Allen (2016), Koopman (2013) e Lorenzini (2020). [NT: o debate se amplifica e o argumento torna-se mais bem apresentado em capítulo específico sobre o tema no mais novo livro do autor, *cf.* LORENZINI, D. *The Force of Truth*: critique, genealogy, and truth-telling in Michel Foucault. Chicago: The University of Chicago Press, 2024. cap. 5, p. 103-118].

as estruturas de poder. Lorenzini (2020, p. 2, 8) chama isto de "genealogia de atitude crítica" (*the genealogy of the critical attitude*) ou "genealogia possibilitadora" (*possibilising genealogy*). Ele localiza isso, por exemplo, no trabalho de Foucault sobre os descalços (*Nu-pieds*) da Normandia, em 1639, sobre os homens infames de Herculine Barbin a Pierre Rivière, nos cínicos escandalosos da antiguidade, dentre outras instâncias[19]. Esse tipo de genealogia revela as lutas dentro das relações de poder que geram um senso do "nós" entre os leitores e os colocam em uma comunidade de lutas. Convida os leitores a reconhecerem-se a si próprios como parte do "nós" que está em luta contra formas de subjugação, contra o que ele chama de "arbitrariedade das formações de poder/saber que a [genealogia foucaultiana] revela" (Lorenzini, 2020, p. 7)[20]. Esse processo gera um comprometimento normativo por parte dos leitores, como escreve Lorenzini (2020, p. 14) "um comprometimento para seguir lutando, mesmo que de formas diferentes, no presente". De acordo com Lorenzini (2020, p. 11), todas as genealogias foucaultianas operam desse modo. Assim, o método genealógico em geral tem essa "força normativa": "A genealogia foucaultiana possui uma força normativa *sui generis*: constitui uma estrutura de ação (um 'nós' político") que procura instaurar em seus leitores um senso de compromisso político" (Lorenzini, 2020, p. 17).

A proposta de Lorenzini é uma resolução contemporânea convincente da crítica normativa. Destaca a centralidade dos mecanismos de saber-poder dentro dos quais práticas e instituições são provenientes. Oferece uma estrutura para como os leitores podem se sensibilizar com as relações de poder nas quais estão situados. Demonstra que a experiência pode construir uma sensação de destino compartilhado e instigar a ação política. Tudo isso é possível com algumas genealogias – aquelas que poderiam ser descritas, elegantemente, como "possibilitadoras". De fato, algumas genealogias podem inspirar solidariedade e engajamento político que refletem aspirações normativas e valorações específicas.

Todavia, alguns aspectos da proposta de Lorenzini são menos convincentes do que outros. Seu argumento de que "toda genealogia que Foucault traça também pode ser lida como uma genealogia da atitude crítica" é muito homogeneizadora ao incorporar os diferentes trabalhos que Foucault fez nas décadas de 1970 e 1980 (Lorenzini, 2020, p. 11). Havia muito mais variação. Há um arco para a genealogia foucaultiana, com um ápice na publicação de 1975 de *Vigiar e punir*. Em seguida, há transformações em seu modo de filosofar, algumas das quais são discutidas na introdução das "modificações" ao volume 2 do seu *História da sexualidade: O uso dos prazeres* (Foucault, 2020a). A história da verdade e do dizer verdadeiro que ele desenvolve na *Collège de France* no final da década de 1970, em Louvain em 1981 e depois disso – uma incrível história da verdade, da criação de regimes de veridição, que mobiliza o critério kantiano da verdade (Harcourt, 2020) – não deveria ser subsumida ao método genealógico de *Vigiar e punir*. Foucault desenvolveu um método diferente, é o que alguns críticos, seguindo Foucault, chamaram de um método "aletúrgico", com base no termo do antigo grego *alēthes*, significando aquilo que é verdade (Harcourt; Brion, 2018, p. 237-238, 277). Ademais, mesmo que Foucault tenha enfatizado que poder e resistência são ligados, algumas das suas genealogias estavam concentradas nos aspectos (produtivos) da repressão; de fato, é uma crítica comum e razoável a *Vigiar e punir* o fato de que a obra foca muito nas formas do poder disciplinar e não nas formas de resistência dos prisioneiros. O livro obteve sucesso na geração de abolicionismos na práxis, mas isso se deu em grande parte por frustração, ou até pela raiva, com as formas de disciplina mascaradas na sociedade ocidental. Empatia ou solidariedade não é único ímpeto para ação. Frustração, raiva, até ódio às formas de opressão – ao intolerável – são instigadores poderosos de ação política.

Essas ressalvas, contudo, são menos impor-

---

[19] *Cf.* Foucault (1977, 1982, 2020b) e Lorenzini (2020, 2024).

[20] Para mais discussões do "nós" que é constituído pela genealogia, ver Saar (2002, p. 240).

tantes, talvez até uma distração do ponto mais relevante: a saber, que Lorenzini identifica de forma convincente um processo pelo qual certas genealogias foucaultianas diretamente encorajam nossa atividade – e isso é crucial. Lorenzini está identificando algumas genealogias que são bem-sucedidas e nos mostrando como elas alcançam esse sucesso: ou seja, envolvendo os leitores em um projeto comum e uma comunidade compartilhada de luta. Ele está descrevendo uma maneira pela qual a genealogia pode operar quando realmente funciona. No entanto, nem todos os estudos genealógicos, nem todas as genealogias da atitude crítica necessariamente estimulam uma ação que seja valiosa; algumas delas não têm o mesmo impacto. Esse efeito dependerá de fatores como a seleção do objeto de estudo pelos genealogistas, sua escolha de linhagens a serem perseguidas, suas descobertas em arquivos e habilidades narrativas e, principalmente, a recepção pelos leitores e críticos – se, de fato, os leitores formam uma coletividade com os sujeitos dessas genealogias. Além disso, mesmo quando elas geram compromisso, nem toda ação política que se segue é necessariamente valiosa; será necessário avaliar normativamente os efeitos políticos. Da mesma forma, nem todos os debates filosóficos sobre o método genealógico são produtivos ou estimulam a ação; muitos são distrações que nos afastam do mais importante: aumentar ou diretamente revigorar nossa atividade. Na verdade, grande parte do debate sobre a normatividade do próprio método genealógico nos distrai da tarefa em questão: ampliar a práxis crítica.

Outra maneira de expressar isso é que não é tanto o método genealógico que possui força normativa, mas a escolha de objetos feita pelo genealogista e as ações dos leitores ao formarem uma coletividade de luta durante sua recepção. À medida que muitas das genealogias de Foucault inspiram um senso de solidariedade, isso se deve aos objetos de genealogia que Foucault escolheu e ao fato de que muitos leitores e críticos, atraídos pela resistência e pela luta política, responderam e se mobilizaram pela abolição ou libertação. Foucault escolheu esses objetos. Foram essas decisões que impulsionam a força normativa dos projetos de Foucault, assim como as escolhas dos leitores durante sua recepção. Essas escolhas de objetos é que produzem os efeitos resultantes nos leitores, em termos das experiências que os fazem se sentir parte desses movimentos de resistência e luta, que os fazem querer mudar a si mesmos ou à sociedade. O que precisamos agora é distinguir essas genealogias bem-sucedidas das muitas genealogias (e dos muitos debates filosóficos em torno da genealogia) que fracassam, distraem ou falham, para nos engajarmos criticamente no trabalho genealógico daqui em diante. A distinção dependerá da escolha dos objetos pelo genealogista e de como os leitores e críticos coletivamente recebem o trabalho e agem a partir dele. Agora que o método genealógico se tornou hegemônico na filosofia crítica, precisamos implementar melhor os diferentes tipos de genealogias para alcançar a ambição da práxis crítica.

Para tomar apenas um exemplo da pandemia, o movimento antivacina estava ativamente engajado numa contraconduta. Eles exibiam uma atitude profundamente crítica. E eles estavam em minoria. Em termos de relações de poder, eles foram esmagados por formas de disciplina e biopoder que dominaram a cena política. Eles eram os anormais. Eles eram transgressores. Mas isso não justifica sua posição ou concede a ela força normativa. A reação automática de estar contra formas de disciplina, biopolítica ou autoridade – de que, confesso, eu frequentemente partilho – deve ser objeto de escrutínio e crítica em si mesma; e um desequilíbrio das relações de poder, ou até um discurso contra a "arbitrariedade de formações de poder/saber, que [a genealogia] revela", como sugere Lorenzini (2020, p. 7), não resolve os assuntos facilmente.

Os equívocos de Giorgio Agamben sobre tal situação são sintomáticos. Agamben é sem dúvida um dos mais brilhantes genealogistas do nosso tempo. Em um trabalho formador, Agamben rastreou modos de biopoder atuais ao regime nazista e suas formas associadas à "vida nua" e, ainda

mais longe, à categoria do Direito romano de *Homo Sacer*, para então situá-los em relação às práticas de tortura na baía de Guantânamo e Abu Ghraib, à "guerra ao terror" e, mais amplamente, ao tratamento absurdo de muçulmanos depois do 11 de setembro (Agamben, 2004, 2007). Esse é um trabalho poderoso, um trabalho brilhante genealógico que inspirou e motivou muitas pessoas a protestarem e resistir, mesmo que os elementos do argumento de Agamben possam ser passíveis de crítica (Harcourt, 2021). Mais recentemente – e de maneira mais controversa – Agamben estendeu seu trabalho genealógico à pandemia de Covid e às medidas antipandêmicas governamentais, tendo comparado os passes de vacina às estrelas de Davi amarelas que os judeus eram forçados a usar sob o regime nazista, tratando administradores pandêmicos como pequenos *Eichmanns* e denunciando as máscaras como destruidoras de nossa humanidade (Agamben, 2021).

Não é absurdo se perguntar: como poderia um trabalho genealógico levar a conclusões normativas tão equivocadas[21]? Como um genealogista tão brilhante pode ter produzido argumentos que foram recepcionados pelo campo mais radical da direita fascista na Itália e em outros lugares? A resposta, diria, é que nem a normatividade, nem a "força normativa" está contida no método genealógico em si, mas é introduzida pelo filosofo crítico que escolhe o objeto e conduz sua pesquisa, e pelos leitores que agem sobre o trabalho. O pensador crítico é aquele que injeta seus valores em sua avaliação de similaridades e diferenças, na avaliação que procura verificar se o passado ilumina o presente – algumas vezes, pela escolha do objeto de estudo, outras, pelas inflexões normativas que eles empreendem em sua genealogia. Mas são sempre os autores e críticos os responsáveis pela normatividade, não o método em si.

Os escritos de Agamben são o verdadeiro teste – o caso mais difícil – para avaliar a relação entre crítica e normatividade. No que diz respeito à Covid e outras formas de regulação, haverá continuidades nas formas de governabilidade *e*, também, haverá diferenças. Os desafios da crítica com inflexão genealógica são detectar essas continuidades e diferenças, e decidir como elas se relacionam, quão importantes são, como se compensam mutuamente, se ajudam a entender o presente, qual é o seu contexto histórico e qual é a situação política. O método genealógico nos ajuda a ver essas continuidades e diferenças, mas não as avalia por nós. Esse é o nosso trabalho, como autores, críticos e leitores; e é aí que a normatividade entra na análise. Agamben pode estar certo em continuar a usar sua genealogia foucaultiana singular da biopolítica para entender melhor nossa condição durante a pandemia. Mas isso não implica, necessariamente, oposição a todas as medidas antipandêmicas (máscaras, vacinas, comunicações remotas etc.). Pelo contrário, poderia, possivelmente, justificar algumas dessas medidas. Poderia também desmistificar outras. Certamente nos permitiria refletir sobre elas de forma mais crítica. Além disso, poderia esclarecer as maneiras como a pandemia e as medidas antipandêmicas transformaram nossas relações interpessoais, nossa subjetividade, nossa relação com a era digital e a sociedade de exposição. Poderia nos ajudar a avaliar e criticar diferentes medidas para determinar se algumas foram longe demais. Algumas, por exemplo, podem ter sido excessivas ao sacrificar o bem-estar das gerações mais jovens; outras podem não ter

---

[21] Agamben primeiro fez um curto *post* em seu blog *Quodlibet* ligando as medidas de coronavírus a um estado de exceção em 26 de fevereiro de 2020 (*cf. "L'invenzione di un'epidemia"*, disponível em https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-l-invenzione-di-un-epidemia, e *"Coronavirus et état d'exception"*, ACTA.ZONE, 26 fev. 2020, disponível em https://acta.zone/giorgio-agamben-coronavirus-etat-dexception/). Depois de ser criticado, acirrou ainda mais seu posicionamento e reforçou essa posição em uma série de *posts* no *blog* adicionais e entrevistas. *Cf. "Clarifications"*, trans. Adam Kotsko, *An und für sich*, 17 March 2020 (não traduzindo a passagem "no qual os colaboradores da pandemia foram comparados a Eichmann); *"A Question"*, trans. Adam Kotsko, *An und für sich*, 15 April 2020; *"L'épidémie montre clairement que l'état d'exception est devenu la condition normale"*, entretien dans Le Monde recueillis par Nicolas Truong, 24 March 2020, disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/03/24/giorgio-agamben-l-epidemie-montre-clairement-que-l-etat-d-exception-est-devenu-la-condition-normale_6034245_3232.html. Seus *posts* tornaram-se ainda mais incendiários criticando as exigências do uso de máscaras e indicando que os cartões de vacina seriam o equivalente a estrela de David Nazista (Bratton, 2021). Agamben publicou seus escritos sobre a pandemia no livro *Em que ponto estamos? A epidemia como política* (2021). Para uma excelente revisão da trajetória de Agamben, *cf.* Kotsko (2022).

sido suficientemente rigorosas na proteção das vidas dos mais vulneráveis.

O conceito de "contraconduta", por si, não garante sucesso para conferir caráter crítico a determinada prática. Eu confesso que, assim como Arnold Davidson e Lorenzini, o conceito me seduz (Harcourt, 2020, p. 191-198). Assim como para Foucault, atrai-me a ideia de contraconduta que dessubjetiva[22]. Atrai-me a ideia de homens e mulheres infames (*hommes et femmes infâmes*) como Herculine Barbin e Pierre Rivière. Não é por acaso que dediquei minha vida aos homens e às mulheres no corredor da morte no Alabama. Mas a contraconduta deve ser alocada em um contexto histórico e situação política – basta ver a invasão do Capitólio em 6 de janeiro. O ponto central, por óbvio, é que genealogias nunca são unidirecionais: elas nem sempre levam à rejeição aos objetos estudados, ao caráter de desmistificador, ou à contraconduta. Elas permitem a escolha normativa dos leitores e críticos. Dois aspectos então se mostram chave: a escolha do objeto e da normatividade que o teórico critico injeta nas suas genealogias, e a forma como seu trabalho genealógico é normativamente recebido por leitores e críticos que impulsionam a tarefa da ação política.

Avaliar e fundamentar essas normatividades deve partir de uma perspectiva situada e contextualizada, levando em consideração trajetórias históricas, conjunturas políticas, relações de poder, circunstâncias materiais e maneiras de conhecer o mundo. Isso pode-se construir produtivamente desde a teoria de Allen do "contextualismo metanormativo", o qual ela desenvolve em seu livro *The End of Progress* ("O Fim do Progesso", 2016), e sobre os valores que por muito tempo têm moldado a filosofia crítica, cuidadosamente calibrando-os e equilibrando-os com uma análise pontual de circunstâncias históricas e geopolíticas. Chamo isso de abordagem "contrafundacional", nem antifundacional nem afundacional, mas, sim, contextual, situada e atenta às relações de poder. A abordagem demanda uma filosofia crítica reconstruída, ou o que eu chamo de uma "radical teoria crítica dos valores" (Harcourt, 2020, p. 261-266).

Para voltar a Fraser e Habermas, então, a resposta adequada aos céticos do método genealógico não é situar a normatividade no método ou renunciar o campo da normatividade, mas abraçar uma filosofia contrafundacional que nos permita, cuidadosamente, através de uma análise contextualizada e situada, avaliarmos os compromissos políticos e a práxis que o trabalho genealógico cria. Métodos filosóficos não podem, de modo independente ou internamente, situar valores. Métodos não têm direção interna normativa. A potencial normatividade é injetada no trabalho pela escolha do filósofo crítico e é realizada pelos críticos e leitores coletivamente. Isso ocorre no método genealógico. Isso também ocorre no marxismo historicamente atualizado de Fraser, assim como na teoria de ética comunicativa de Habermas. Eles também injetam a normatividade em seus métodos, e o efeito depende dos leitores e de sua recepção. Em verdade, a melhor resposta para Fraser e Habermas não é entrar na defensiva e tentar santificar Foucault ou o método genealógico, mas ser honesto e, primeiro, demonstrar que nenhum método filosófico – incluindo o de Habermas e Fraser – possui sua própria base normativa interna e, segundo, indicar como o método genealógico pode atingir a ambição da filosofia crítica.

A busca por uma base normativa interna a um método filosófico é como buscar o cálice sagrado. É como pedir a prova de Deus. Pertence ao domínio da fé e da religião, não à filosofia. Acreditar que poderíamos situar a força normativa de nosso

---

[22] NT: Em que pese o original *de-subjectivates*, não se está lidando com uma espécie de esvaziamento do sujeito, mas, mais propriamente, com a produção dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura. Eis o objetivo de trabalho assumido por Foucault: os modos de objetivação que transformaram os seres humanos em sujeitos. *Cf.* FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. *In*: GENEALOGIA da Ética, Subjetividade e Sexualidade. Ditos e Escritos IX. Organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta. Trad. Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 118. No original do texto escrito por Foucault em inglês: *"My objective, instead, has been to create a history of the different modes by which, in our culture, human beings are made subjects. My work has dealt with [...] modes of objectification which transform human beings into subjects*" (FOUCAULT, M. The Subject and Power. *In*: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault*: Beyond Structuralism and Hermeneutics. Second Edition With an Afterword by and an Interview with Michel Foucault. Chicago: The University Chicago Press, 1983. p. 208).

trabalho em algo para além das nossas próprias escolhas é um esforço vão para transcender nossa condição humana e atingir um tipo de existência divina. Aqui, novamente, podemos voltar a Nietzsche (2001, p. 43): "O juízo moral tem em comum com o juízo religioso crer em realidades que não existem". E a inatingibilidade disto não é algo para se envergonhar, mas abraçar – e, com isso, recepcionar nossa falibilidade, nossa fragilidade, nossa condição demasiadamente humana. E isso é bom, diria, pois coloca a responsabilidade nos nossos ombros. Cabe a nós revelarmos nossos valores éticos e mostrarmos nossa coragem. No final, somos responsáveis por nossas escolhas, cada um de nós. Nossos valores não podem ser baseados em outros lugares para além de nós mesmos, de uma maneira contrafundacional.

É importante não transformar métodos críticos em uma religião e sempre lembrar que o que tentamos fazer é usar genealogias críticas para promover a prática – ou, humildemente, para atingir uma sociedade justa. A empreitada genealógica nasce do desejo pela ação crítica, utiliza a história como uma forma radical de crítica. Para Nietzsche, como nos lembra Saar (2002, p. 232), "nasceu de um interesse numa historicização potencialmente crítica de algo que até então não era historizado, ou seja, atitudes e valores morais, ideais, normas e modos institucionalizados de agir e pensar". Essa é a dimensão importante da genealogia como crítica (Koopman, 2013; Saar, 2002, p. 234). Ela também nasce de uma crítica ao historicismo, uma crítica àquilo que Nietzsche chamou de "sentido histórico", que leva, de maneira frequente, a neutralizar a pesquisa histórica e a empurrar a história na direção do cientificismo. É exatamente contra essas tendências, destaca Foucault, que Nietzsche originalmente escreveu suas *considerações intempestivas* e desenvolveu a noção de história crítica como uma forma de método histórico que privilegia a valoração e a crítica (Foucault, 2024).

Conclusão

Estamos em um tempo no qual, mais do que nunca, precisamos questionar e avançar o trabalho genealógico *na direção da* práxis – ao concreto, na direção de utopias realizáveis. Há muitos modelos exemplares com os quais podemos aprender. O livro de Davis, Dent, Meiners e Richie *Abolicionismo. Feminismo. Já.* é um dos exemplares daquilo que o trabalho genealógico pode atingir. Sua ambição é criar e encorajar movimentos sociais e, para isso, mostra como os movimentos abolicionistas tiveram suas origens na organização do feminismo abolicionista que se deu nas últimas décadas. Em parte, para destacar, ressaltar e marcar todos os trabalhos de mulheres ativistas – trabalho que, por vezes, era sentido na época como um fracasso. Mesmo que muito da organização tenha se dissipado e agora tenha sido esquecida, deu vida a um movimento memorável que é muito vibrante hoje em dia. As autoras descrevem esses momentos anteriores que "merecem ser reconhecidos como arautos de uma mudança radical" (Davis *et al.*, 2023, p. 191). E, por contraste a outras formas de recontar a genealogia do movimento pelas vidas negras e abolição (que frequentemente destacam líderes homens negros como George Jackson, Huey Newton, Bobby Seale, Martin Luther King Jr. ou Malcolm X), elas rastreiam o movimento desde a organização feminista. No processo, conferem valor a essas formas iniciais de ativismo, encorajando e nutrindo o ativismo feminista abolicionista.

Davis e suas colegas usam o termo "genealogia crítica", adicionando em seu livro a palavra "crítica" depois do termo "genealogia" para enfatizar que a genealogia delas é da práxis, do trabalho, do movimento, da ação que intenciona nutrir a práxis. Nota-se como o objeto de sua genealogia crítica é a práxis. Elas não estão rastreando a genealogia do nosso complexo industrial prisional para destacar a contingência de nossa sociedade punitiva. Elas não estão fazendo uma genealogia de normas morais para mostrar o heteropatriarcado da sociedade vigente. Seu propósito não é desmascarar uma instituição. Seu propósito é reivindicar e promover a ação, nutrir a prática.

Elas atingem esse proposito incitando as pessoas a agir[23]. Essa, diria, é a verdadeira ambição da genealogia.

É importante lembrar que Nietzsche, Foucault e outros genealogistas estavam escrevendo *contra* a profissionalização da história, da filosofia e do pensamento crítico, porque essa profissionalização muitas vezes retira o potencial de uma práxis crítica e da mudança social. Eles desejavam uma nova forma de pensar histórica e filosoficamente, uma forma com efeitos práticos. Seus métodos genealógicos nasceram de um grande compromisso em utilizar a filosofia para mudar a nós mesmos e o mundo. A filosofia deles era a da ação. E o método genealógico que utilizaram era orientado à atividade. Nós falhamos com eles quando começamos a encaixotá-los em taxonomias lineanas e terminamos limitando nosso próprio uso do método genealógico. Em vez disso, precisamos pensar prática e estrategicamente sobre como nos engajarmos com toda e qualquer modalidade genealógica para mudar o mundo. Para isso, genealogias *críticas* são necessárias.

"Se Foucault tem, de fato, seu lar na tradição filosófica, seu projeto poderia ser chamado de *História Crítica do Pensamento*" (Foucault, 1994). Surpreendentemente, essas são as palavras de Foucault sobre si mesmo, escrevendo sob um pseudônimo para a entrada "Michel Foucault" em um dicionário de filósofos. Proporia adicionar "ação". O projeto deveria ter sido chamado de "história crítica do pensamento e da prática", isso nos deixa mais próximos da crítica e da práxis. Isso representa o tipo de trabalho genealógico que continua fiel à ambição da filosofia crítica.

Para encerrar, então, a tarefa crítica é se engajar de forma consciente, deliberada e cuidadosa em genealogias críticas que diretamente revigorem nossa atividade – genealogias *críticas* com ênfase no qualificador "crítico", honrando a invenção de Nietzsche da "história crítica", em homenagem ao desenvolvimento de Foucault da "história crítica do pensamento", como tributo à "genealogia crítica" de Davis, Dent, Meiners e Richie.

> … para aqueles que empregam a história crítica a serviço da vida (Nietzsche, 2003, p. 31).

Referências bibliográficas

AGAMBEM, G. *Em que ponto estamos?* A epidemia como política. Trad. Cláudio Oliveira. São Paulo: N-1, 2021. [AGAMBEN, G. *Where Are We Now?* The Epidemic as Politics. V. Dani, Trans. Lanhhan: Rowman & Littlefield, 2021].

AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004. [AGAMBEM, G. *State of Exception.* K. Attell, Trans. Chicago: University of Chicago Press, 2005].

AGAMBEN, G. *Homo Sacer*: O poder soberano e a vida nua I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2007. [AGAMBEN, G. *Homo Sacer*: Sovereign Power and Bare Life. D. Heller-Roazen, Trans. Stanford: Stanford University Press, 1998].

ALLEN, A. Foucault, psychoanalysis, and critique. *Angelaki*, New York, v. 23, n. 2, p. 170-186, 2018.

ALLEN, A. *The End of Progress*: Decolonizing the Normative Foundations of Critical Theory. New York: Columbia University Press, 2016.

ARTIÈRES, P.; QUÉRO, L.; ZANCARINI-FOURNEL, M. (ed.). *Le Groupe d'information sur les prisons. Archives d'une lutte 1970–1972*. Paris: Éditions de l'IMEC, 2003.

ASHKER, T. *et al.* Statement of plaintiffs on settlement of *Ashker v. Governor of California*. *Center for Constitutional Rights*, New York, Aug. 31, 2015. Disponível em: https://ccrjustice.org/statement-plaintiffs-settlement-ashker-v-governor-california. Acesso em: 2 mar. 2024.

BEN-MOSHE, L. *Decarcerating Disability*: Deinstitutionalization and Prison Abolition. Minnesota: University of Minnesota Press, 2020.

BRATTON, B. Agamben WTF, or how philosophy failed the pandemic. Verso.com, [*s. l.*], July 28, 2021. Disponível em: https://www.versobooks.com/blogs/5125-agamben-wtf-or-how-philosophy-failed-the-pandemic. Acesso em: 2 mar. 2024.

CCCCT – COLUMBIA CENTER FOR CONTEMPORARY CRITICAL THOUGHT. Writings on the Short Corridor Collective. *Revolution 13/13*, New York, Jan. 25, 2022. Disponível em: https://blogs.law.columbia.edu/revolution1313/ writings-on-the-short-corridor-collective/. Acesso em: 2 mar. 2024.

CRAIG, E. Genealogies and the State of Nature. *In*: THOMAS, A. (ed.). *Bernard Williams.* Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

CRITICAL RESISTANCE. *What Is the PIC? What Is Abolition?* Disponível em: https://criticalresistance.org/mission-vision/not=-so-common-language/#:~:text-PIC%20abolition%20is%20a%20political,is%20going%20to%20look%20like. Acesso em: 20 abr. 2025.

[23] Outros exemplos de uma genealogia crítica podem ser encontrados em Ben-Moshe (2020), Haley (2016) e Rodriguez (2006).

DAVIDSON, A. In praise of counter-conduct. *History of the Human Sciences*, [*s. l.*], v. 24, n. 4, p. 25-41, 2011.

DAVIS, A. Y.; DENT, G.; MEINERS, E. R.; RICHIE, B. E. *Abolicionismo. Feminismo. Já.* Trad. Raquel de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2023. [DAVIS, A.; DENT, G.; MEINERS, E. R.; RICHIE, B. E. *Abolition. Feminism. Now.* Chicago: Haymarket, 2022].

DAVIS, M. Hell Factories in the Field: A Prison-Industrial Complex. *Nation*, New York, Feb. 20, 1995.

DELEUZE, G. *Nietzsche e a Filosofia*. Traduzido por Mariana de Toledo Barbosa, Ovídio de Abreu Filho. São Paulo: n-1, 2018. [DELEUZE, G. *Nietzsche & Philosophy.* H. Tomlinson, Trans. New York: Columbia University Press, 2006].

ERLENBUSCH-ANDERSON, V. *Genealogies of Terrorism*: Revolution, State Violence, Empire. New York: Columbia University Press, 2018.

FISCHER, R. Starving in Solitary. *New Yorker*, New York, July 19, 2013. Disponível em: https://www.newyorker.com/news/news-desk/starving-in-solitary. Acesso em: 2 mar. 2024.

FOUCAULT, M. Conversa com Michel Foucault. *In*: REPENSAR a Política. Ditos e Escritos VI. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 289-347. [FOUCAULT, M. *Remarks on Marx*: Conversations with Duccio Trombadori. R. J. Goldstein & J. Cascaito, Trans. New York: Semiotext(e), 2001. Available at: https://monoskop.org/images/0/0d/Foucault_Michel_Remarks_on_Marx.pdf.].

FOUCAULT, M. *Eu, Pierre Riviere, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*: um caso de parricídio do século XIX, apresentado por Michel Foucault. Tradução de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 1977. [FOUCAULT, M. *I, Pierre Rivière, having slaughtered my mother, my sister, and my brother*: A Case of Parricide in the 19th Century. F. Jellinek, Trans. New York: Pantheon, 1975].

FOUCAULT, M. Foucault, Michel, 1926–. *In*: GUTTING, G. (ed.). *The Cambridge Companion to Foucault*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FOUCAULT, M. *Herculine Barbin*: O diário de um hermafrodita. Trad. de Irley Franco. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. [FOUCAULT, M. *Herculine Barbin*: Being the recently discovered memoirs of a nineteenth-century french hermaphrodite. R. McDougall, Trans. New York: Pantheon Books, 1980].

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I*: A vontade de saber. Trad. Maria Theresa da Costa Albuquerque *et al.* Rio de Janeiro: Graal, 1988a. [FOUCAULT, M. Histoire de la sexualité I. La Volonté de savoir. *In*: SENELLART, M. *Michel Foucault*: Œuvres. v. 2. Paris: Gallimard: La Pléiade, 2015. p. 615-736].

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 2*: O uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020a. [FOUCAULT, M. *The Use of Pleasure*. v. 2 of The History of Sexuality. R. Hurley Trans. New York: Vintage Books, 1985].

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. *In*: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *Nietzsche. Cours, conférences et travaux*. Édition établie, sous la responsabilité de Francois Ewald, par Bernard E. Harcourt. Paris: EHESS: Gallimard: Seuil, 2024.

FOUCAULT, M. On Power. *In*: KRITZMAN, L. D. (ed.). *Michel Foucault*: Politics, Philosophy, Culture. Interviews and Other Writings 1977-1984. A. Sheridan, Trans. London: Routledge, 1988b.

FOUCAULT, M. Prisons et asiles dans le mécanisme du pouvoir. *In*: DEFERT, D.; EWALD, F. (ed.). *Dits et Ecrits II. 1970-1975*. Paris: Gallimard, 1994. Disponível em: http://1libertaire.free.fr/MFoucault451.html. Acesso em: 2 mar. 2024.

FOUCAULT, M. *Teorias e instituições Penais*: curso no Collège de France (1971-1972). Edição estabelecida por Bernard E. Harcourt, com a colaboração de Elisabetta Basso (transcrição do texto), Claude-Oliver Doron (notas e aparato crítico) e a participação de Daniel Defert, sob direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução de Rosemary Costhek Abilio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020b. [FOUCAULT, M. *Penal Theories and Institutions*: Lectures at the Collège de France 1971-1972. Edited by B. E. Harcourt. G. Burchell, Trans. Chicago: Picador, 2019].

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir.* Trad. Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. [FOUCAULT, M. Surveiller et punir. Naissance de la prison. *In*: HARCOURT, B. E. (ed.). *Michel Foucault*: Œuvres. v. 2. Paris: Gallimard: La Pléiade, 2015].

FOUCAULT, M.; THE PRISONS INFORMATION GROUP. *Intolerable*: Writings from Michel Foucault and the Prisons Information Group (1970-1980). Edited by K. Thompson and P. Zurn. P. Zurn & E. Beranek, Trans. Minnesota: University of Minnesota Press, 2021.

FRASER, N. Foucault on modern power: Empirical insights and normative confusions. *Praxis International*, Patia (Bhubaneswar), n. 3, p. 272-287, 1981.

FRICKER, M. *Epistemic Injustice*: Power and the Ethics of Knowing. Oxford: Oxford University Press, 2007.

FRICKER, M. Evolving concepts of epistemic injustice. In: KIDD, I. J.; MEDINA, J.; POHLHAUS, G. (ed.). *The Routledge Handbook of Epistemic Injustice*. London: Routledge, 2017. p. 53-60.

GROUPE D'INFORMATION SUR LES PRISONS. *Intolérable 3*. L'assassinat de George Jackson. Paris: Gallimard, 1971.

HABERMAS, J. Modernity versus postmodernity. S. Benhabib, Trans. *New German Critique*, Durham, n. 22, 1981. Special Issue on Modernism, p. 3-14.

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*: Doze lições. Trad. Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000. [HABERMAS, J. *The Philosophical Discourse of Modernity*: Twelve Lectures. F. G. Lawrence, Trans. Massachusetts: MIT Press, 1987].

HALEY, S. *No Mercy Here*: Gender, Punishment, and the Making of Jim Crow Modernity. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016.

HARCOURT, B. E. *A contrarrevolução*: Como o governo entrou em guerra contra os próprios cidadãos. Trad. Augusto Jobim do Amaral *et al.* São Paulo: Glac, 2021. [HARCOURT, B. E. *The Counterrevolution.* How Our Government Went to War Against Its Own Citizens. New York: Basic Books, 2018. p. 213-232].

HARCOURT, B. E. *Critique and Praxis*. New York: Columbia University Press, 2020.

HARCOURT, B. E. Surveiller et Punir – Notice. *In*: MICHEL Foucault: Œuvres. v. 2. Paris: Gallimard: La Pléiade, 2015. p. 1462-1475.

HARCOURT, B. E.; BRION, F. Situação do Curso. *In*: FOUCAULT, M. *Malfazer, dizer o verdadeiro*: função da confissão em juízo: curso em Louvain, 1981. Edição estabelecida por Fabienne Brion e Bernard Harcourt. Tradução Ivone Benedetti. São Paulo: WMF, 2018. p. 238-251. [HARCOURT, B. E.; BRION, F. The Louvain Lectures in Context. *In*: FOUCAULT, M. *Wrong-Doing, Truth-Telling*: The Function of Avowal in Justice. S. W. Sawyer, Trans. Chicago: University of Chicago Press: Presses Universitaires de Louvain, 2014. p. 274-283].

HOY, D. Genealogy, phenomenology, critical theory. *Journal of the Philosophy of History*, Oulu, v. 2, n. 3, p. 276-294, 2008.

JAEGGI, R. Rethinking ideology. *In*: BRUIN, B.; ZURN, C. F. (ed.). *New Waves in Political Philosophy*. London: Palgrave Macmillan, 2009. p. 63-86.

KOOPMAN, C. Critical Problematization in Foucault and Deleuze: The force of critique without judgment. *In*: MORAR, N.; NAIL, T.; SMITH, D. (ed.). *Between Deleuze and Foucault*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016. p. 87-119.

KOOPMAN, C. *Genealogy as Critique*: Foucault and the Problems of Modernity. Indiana: Indiana University Press, 2013.

KOTSKO, A. What happened to Giorgio Agamben? *Slate*, New York, Feb. 20, 2022. Disponível em: https://slate.com/ human-interest/2022/02/giorgio-agamben-covid-holocaust-comparison-right-wing-protest.html. Acesso em: 2 mar. 2024.

LAW, V. 'As Long as Solitary Exists, They Will Find a Way to Use It'. *The Nation*, New York, July 13, 2018. Disponível em: https://www.thenation.com/article/archive/long-solitary-exists-will-find-way-use/. Acesso em: 2 mar. 2024.

LORENZINI, D. On possibilizing genealogy. *Inquiry*, New York, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/0020174X.2020.1712227. Acesso em: 2 mar. 2024.

LORENZINI, D. Reason versus power: Genealogy, critique, and epistemic injustice. *The Monist*, Oxford, v. 105, n. 4, p. 541-557, 2022.

LORENZINI, D. *The Force of Truth*: critique, genealogy, and truth-telling in Michel Foucault. Chicago: The University of Chicago Press, 2024.

McLEOD, A. Law, critique, and the undercommons. *In*: FASSIN, D.; HARCOURT, B. E. (ed.). *A Time for Critique*. New York: Columbia University Press, 2019. p. 252-270.

MEDINA, J. Toward a foucauldian epistemology of resistance: Counter-memory, epistemic friction, and guerrilla pluralism. *Foucault Studies*, Philadelphia, n. 12, p. 9-35, 2011.

MOYN, S. *Direitos humanos e usos da história*. Trad. Beth Honorato. São Paulo: Unifesp, 2021. [MOYN, S. *Human Rights and the Uses of History*. London: Verso Press, 2014].

MOYN, S. *Not Enough*: Human Rights in an Unequal World. Harvard: Harvard University Press, 2018.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da Moral*: uma polêmica. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. [NIETZSCHE, F. On the Genealogy of Morals. *In*: KAUFMANN, W. (ed.). *On the Genealogy of Morals and Ecce Homo.* W. Kaufmann & R. J. Hollingdale, Trans. New York: Vintage Books, 1967].

NIETZSCHE, F. *O crepúsculo dos ídolos*. Trad. Edson Bini e Márcio Pugliesi. Curitiba: Hemus, 2001. [NIETZSCHE, F. Twilight of the Idols. *In*: NIETZSCHE, F. *Twilight of the Idols and The Anti-Christ*. R. J. Hollingdale, Trans. New York: Penguin, 1990].

NIETZSCHE, F. *Segunda Consideração Intempestiva*: Da utilidade e Desvantagem da história para a vida. Trad. Marcos Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. [NIETZSCHE, F. On uses and disadvantages of history for life. *In*: BREAZEALE, D. (ed.). *Untimely Meditations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997].

NIETZSCHE, F. *Aurora*: reflexões sobre os preconceitos morais. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

POTTE-BONNEVILLE, M. *Michel Foucault*. L'inquiétude de l'histoire. Paris: Presses Universitaires de France, 2004.

RODRIGUEZ, D. *Forced Passages*: Imprisoned Racial Intellectuals and the U.S. Prison System. Minnesota: University of Minnesota Press, 2006.

SAAR, M. *Genealogie als Kritik*: Geschichte und Theorie des Subjekts nach Nietzsche und Foucault. Frankfurt: Campus, 2007.

SAAR, M. Genealogy and subjectivity. *European Journal of Philosophy*, Oxford, v. 10, n. 2, p. 231-245, 2002.

SOLZHENITSYN, A. *Arquipélago Gulag*: Um experimento de investigação artistica 1918-1856. Trad. Lucas Simone *et al.* São Paulo: Carambaia, 2019. [SOLZHENITSYN, A. *Gulag Archipelago*: An Experiment in Literary Investigation, v. 1-3 (T. P. Whitney Trans.). HarperCollins, 2007].

SRINIVASAN, A. Genealogy, epistemology, and worldmaking. *Proceedings of the Aristotelian Society*, Oxford, v. 119, n. 2, p. 295-314, 2019.

WILLIANS, B. *Truth and Truthfulness*: An Essay in Genealogy. Princeton: Princeton University Press, 2002.

WILSON, W. D. *Das Goethe-Tabu*: Protest und Menschenrechte im klassischen Weimar. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1999.

Bernard E. Harcourt

Autor de *Political, Economics, and Social Theory* (Columbia University Press, 2023) *e Critique & Praxis: A Critical Philosophy of Illusions, Values, and Action* (Columbia University Press, 2020). Responsável pela edição *Pléiade Gallimard* de *Surveiller et punir* de Michel Foucault, bem como de vários de seus Cursos, incluindo recentemente *Nietzsche. Cours, conférences et travaux* (EHESS/Gallimard/Seuil, 2024). Columbia University (NY/USA) e École des hautes études en sciences sociales (Paris/FR). Também é advogado e recebeu o prêmio *Norman J. Redlich Capital Defense Distinguished Service Award* da *New York City Bar Association* por sua representação de pessoas submetidas ao corredor da morte. É professor *Isidor and Seville Sulzbacher* de Direito e de Ciência Política na *Columbia University*. Diretor de Estudos (*directeur d'études*) na École des hautes études en sciences sociales (EHESS) de Paris.

Endereço para correspondência

AUGUSTO JOBIM DO AMARAL

Rua General Rondon 163, 91900-120

Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.